

1. Introdução

Trataremos aqui de Jean-Jacques Rousseau, cidadão de Genebra, a partir dos textos em que mais explicitamente mostra-se um crítico do movimento iluminista francês. Esta escolha se deu exatamente por não nos ser possível interpretar sua obra sem levar em consideração o contexto específico do século XVIII contra o qual ele sempre esteve empenhado em se opor. E como forma de investigar de que maneira e com que finalidade ele realiza este exercício crítico em relação ao seu próprio tempo, prestamo-nos à tarefa de interpretar o primeiro *Discurso*, a *Carta a D'Alembert* e *As confissões* de forma a dar proeminência às suas idéias declaradamente nomeadas anti-iluministas. É fato que estas idéias estão disseminadas no conjunto de sua obra. Contudo, interessa-nos o posicionamento aberto e direto àquelas figuras mais destacadas que ele considera uma degenerescência do desenvolvimento das ciências e das artes – os *philosophes*. Opondo-se à maneira moralmente condenável com a qual eles encaram a realidade e ao seu excessivo *amor-próprio*, o genebrino parece querer marcar seu lugar como um homem que, apesar de também fazer parte da conjuntura do século das luzes, não se sente representado pelas convicções e motivações intelectuais dos membros da república das letras.

Os homens, reunidos em sociedade, contribuíram para a construção de uma realidade a partir da qual suas vidas passaram a ser pautadas por uma convenção, por um artifício fruto do engenho do amor-próprio. Em princípio, esta era a faculdade responsável por regular suas relações sociais. Contudo, o desenvolvimento histórico provocou neles a necessidade de distinção. O atributo, que na sua origem posicionava socialmente cada um relação aos demais, transformou-se, por seu excesso e deformidade, na faculdade culpada por promover insaciáveis desejos de superioridade e prestígio. É fato que a preocupação com o reconhecimento social é natural à vida em sociedade. O problema começou quando este desejo por reconhecimento se deslocou para uma necessidade de *parecer* a outrem o que não se *é*. A inquietação com o *eu* se transformou em uma preocupação com a *aparência*. O sentimento do amor-próprio, a que naturalmente estamos todos sujeitos, foi, dessa forma, historicamente decomposto em impostura e fingimento. E Rousseau, ao identificar nos iluministas a exacerbação desse predicado, promove, como consequência, um embate contra sua própria civilização. Reunidos em círculos eruditos e isolados em si mesmos, os *philosophes*

inventaram uma *persona* e com ela desenvolveram falsos valores a partir dos quais satisfaziam seu anseio por distinção. Por isso Rousseau, a partir da constatação de que a hipocrisia é um dos maiores vícios dos homens de seu tempo, arroga ao desenvolvimento das ciências e das artes a responsabilidade pela instituição de um conflito moral na história, na sociedade e, principalmente, em sua própria vida. Daí ser nossa intenção verificar de que argumentos ele lança mão para posicionar-se como o mais contundente crítico e adversário do movimento intelectual do século XVIII. Além disso, tendo ele igualmente freqüentado estes círculos como um *philosophe*, tentaremos também nos ocupar em investigar que direitos outorga a si para condenar o que chama de hipocrisia. Para tanto, convém percorrer o caminho que o conduziu da condição de *crítico* – daqueles com quem o relacionamento, em princípio amistoso, transformou-se em antagônico – à de *autocrítico* – em relação ao fato de também ser um representante do movimento das idéias iluministas.

Nesse sentido, ocupamo-nos primeiramente em demonstrar sua idéia de que a partir do instante em que os homens em sociedade não se reconhecem mais em si mesmos, porém fora de si mesmos por meio do ato de comparação engendrado pela faculdade do amor-próprio, suas relações deixam de ser imediatas e passam a ser mediadas pelo gosto do aplauso público, da polidez e da adulação entre os que querem ser agradados e admirados pela sutileza da filosofia que praticam. É por isso que a crítica que Rousseau dirige ao Iluminismo e à sociedade parisiense que o abriga, se dá, no *Discurso sobre as ciências e as artes*, por meio de uma *antifilosofia*. Isto porque o vício da hipocrisia, historicamente marcado pelo caráter dos *philosophes*, subjuga os costumes e a alma do homem que antes vivia – sem a intermediação da ciência ou da arte – como o centro de si mesmo.

Em seguida, verificamos na *Carta sobre os espetáculos* seu conflito com Diderot, Voltaire, D'Alembert e, ao mesmo tempo, seu repúdio ao projeto deste último de implementação de espetáculos em Genebra. Nesta obra, Rousseau aborda temas sociais e políticos a partir da sua visão dos danos sobretudo morais causados pelo estabelecimento de teatros e pela freqüente apresentação de comédias. É certo que, em uma primeira leitura, a *Carta* mostra-se apenas circunstancial, uma vez que consagra sua ruptura com os enciclopedistas. Por outro lado, a particularidade deste fato se apaga no decorrer do seu desenvolvimento. À medida que seu argumento central é contrário a uma pretensa utilidade moralizante dos espetáculos, torna-se possível demonstrar serem

estes um tipo de arte que se serve da impostura como instrumento de trabalho, compactuando portanto com a falsidade de seu próprio tempo.

Segue-se que Rousseau sente a obrigação de defender-se diante de uma civilização que não oferece espaço para quem quer manifestar-se autenticamente. E é finalmente em suas *Confissões* que buscamos investigar sua necessidade de expor-se em toda a verdade de sua existência. Ele acredita que o ato confessional é a melhor maneira de autojustificar as atitudes de sua trajetória de vida e de mostrar sua disposição em fazer uma reflexão sobre a condição de escritor que a ele foi legada pela própria época. Contrário a qualquer facção filosófica, ao criticar-se e ao escrever confissões, Jean-Jacques promove, como consequência, uma situação intelectual mais ampla, no sentido de que se obriga a elaborar uma peculiar visão de mundo, antes de tudo transparente, antipartidária e, deste modo, distinta da de seus adversários.

É a partir do embate que trava contra os moldes corruptores da sociedade francesa que sua experiência histórica, social e pessoal aparecerão de forma ressaltada nas considerações que se dispõe a elaborar nestas três obras. Elas poderiam ser somente obras críticas que tratam apenas de identificar problemas. Acontece que Rousseau não apenas versa sobre eles pontualmente, como também constrói normativamente uma *moral* para os substituir. Cabe-nos, dessa forma, a tarefa de percorrer sua trajetória de *crítico* a *autocrítico* para marcarmos os aspectos morais que a atravessam. Veremos que neste percurso ele postula três tipos de práticas virtuosas: o exercício consciente de uma história filosófica, a celebração do bem coletivo e a força da ética da sinceridade. Por isso reservamos o final de cada capítulo e as considerações finais para abordar a idéia de que há em Rousseau um ideal de transparência. Ao afirmar não ser detentor do vício da hipocrisia, é contra ele em particular que desencadeará um debate com o objetivo de distinguir-se do filosofar e das atitudes daqueles que vestem sua máscara para parecer o que não são. E esta forma sincera de filosofar e de se relacionar, disseminada indiretamente nestes textos, não se aplica apenas à sua época. Além de servir à sua própria vida, serve também para a apreciação da história. E a conduta moral dos *philosophes* em todos os níveis da sociedade – no conhecimento, na política e na esfera pessoal – pode de alguma forma ser superada por meio do exercício de um outro tipo de comportamento, que não se restrinja ao que está pontualmente dado pela história, mas que vislumbre, ainda que de forma imaginativa, alternativas à degeneração dos sentimentos mais nobres que os homens carregam dentro de si.

Justamente por situarmos Rousseau no contexto do século das luzes, também será possível constatar como ele acredita que os seus representantes, embora extremamente unidos e sectários em suas investigações, não deixaram por isso mesmo de produzir contra si um opositor. Contudo, esta base contextual será por nos adotada simplesmente como um argumento subsidiário, pois o que de fato nos interessa dentro desta perspectiva são as questões de ordem interna, pouco lineares, ao pensamento que Jean-Jacques desenvolveu contra os editores e colaboradores da Enciclopédia. É claro que estamos partindo da idéia de que todo pensamento surge em um momento singular, em uma dada situação, e que determina e está determinado por interesses específicos. Nascido em uma estrutura social dominante em uma época, é por ela condicionado assim como o modo de vida material dos homens e seus horizontes são pelo lugar social a que pertencem. Mas esta nos servirá apenas como uma idéia suplementar. Isto porque não pretendemos confrontar as opiniões que ele teceu sobre seus adversários com a que estes teceram a seu respeito. A menção a sua pessoa nas obras de *philosophes* como Diderot, D'Alembert, Voltaire e Holbach, não são, por isso, aqui registradas. Não ambicionamos reunir e acarear sincronicamente os textos, os fenômenos empíricos, os detalhes e as várias perspectivas que se entrecruzaram diante dele, pois as relações sociais que estabeleceu durante o processo de realização de seus textos são tão ou mais desordenadas quanto às de uma vida de completo desespero. O que significa dizer que esse processo não apresenta apenas as continuidades entre sua existência e seus pensamentos, mas também as fissuras entre uma e outro. Queremos mesmo, nesse sentido, tornar evidente muito mais a maneira como Rousseau, por ele mesmo, lidou com um problema que acreditamos ter sido historicamente construído, porém que, acima de tudo, o afetou subjetivamente.

Não foi por outra razão – senão a de desvendar o sentimento de antipatia que nutria por sua própria época, vista por ele, diferentemente de muitos contemporâneos, como um momento no qual o gênero humano caminhava, não em direção ao aperfeiçoamento, mas à decadência moral – que nos propomos a delinear sua retórica na defesa da sinceridade em contraposição à hipocrisia, bem como as implicações daí advindas para o seu relacionamento com aqueles que considerava seus adversários. Para tanto, desenvolvemos um trabalho de imersão em seus textos. Eles são a fonte que deliberadamente tomamos como verdadeira. E em nossa opção de leitura destas três obras como espelho de sua própria verdade, pretendemos esboçar uma configuração tal que nos permita demonstrar como sua exaltação da sinceridade promove uma crítica aos

valores distorcidos de sociabilidade propostos pelos *philosophes*. Sabemos da existência de discussões muito mais amplas, presentes na bibliografia tanto sobre o Iluminismo quanto sobre o próprio Rousseau, acerca da noção de transparência no convívio social. Sem dúvida essa abordagem é extremamente importante para o debate sobre os juízos de valor que o pensamento do século XVIII desenvolveu sobre esse assunto. Contudo, nos isentamos de recorrer, é claro que com algum prejuízo na validação de nossa pesquisa, à mediação da literatura acerca do tema da transparência moral que tentamos extrair de sua obra. Ainda que a abordagem deste assunto sem qualquer interposição bibliográfica pareça precipitada, a preferência aqui é por legitimar o estudo sobre Rousseau a partir das suas próprias razões e intenções em disseminar o gosto pela verdade, tanto de forma retórica quanto de forma prática no convívio com os *philosophes*. O limite que fundamenta nossa pesquisa é, portanto, o próprio autor. Por isso, não pretendemos validá-la com uma conclusão definitiva. Utilizamos seus textos com a idéia de que eles são o limite de veracidade do qual não vamos além. Apropriamos-nos deles para interpretá-los apenas com a intenção de tornar explícita, a partir da presunção de sinceridade que concedemos ao genebrino, sua impossibilidade de relacionar-se amistosamente com o movimento iluminista e sua iniciativa em denunciá-lo a partir da instituição de uma moral com a qual julga a impostura de todo o século.